

## **Agrotóxicos na Mídia: As Perspectivas dos Jornalistas Veiculadas no Observatório da Imprensa<sup>1</sup>**

Raíza Tourinho dos Reis Silva LIMA<sup>2</sup>  
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

### **Resumo**

O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando a marca de 1 bilhão de litros por ano. São mais de 434 princípios ativos e 10 mil formulações liberados no País. Considerando os meios de comunicação se configuram como a principal instância que propicia a existência pública aos temas e sujeitos sociais e os jornalistas como os principais agentes que produzem leituras da realidade na sociedade contemporânea, buscamos neste estudo compreender as perspectivas dos jornalistas brasileiros sobre o tema, partindo de um importante fórum de *media criticism*: o Observatório da Imprensa.

**Palavras-Chave:** Agrotóxicos; Mídia; Jornalistas; Observatório da Imprensa.

### **Introdução**

No final de 2011, a ANVISA divulgou os resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos (PARA), na qual detectou a contaminação pelos insumos em 28% das frutas, vegetais e hortaliças analisadas. Pautada pelo resultado, na primeira edição de 2012 a revista semanal Veja publicou uma matéria, em forma de perguntas e respostas, intitulada *A verdade sobre os Agrotóxicos*. A repercussão que as poucas páginas geraram, especialmente para os setores interessados, é compatível com a pretensão que expõe no título (de *mostrar a verdade final* sobre o assunto), levantando uma discussão sobre o próprio fazer jornalístico da mídia brasileira.

No informativo que distribuí entre seus associados, a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andev) ovacionou a matéria, cujo tom elogioso é perceptível desde o título *Agrotóxicos: Mídia divulga matérias positivas e*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista e mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Informação, Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/Icict/Fiocruz). E-mail: raizatourinho@yahoo.com.br

*esclarecedoras sobre o assunto*. Segundo a Andev, a matéria da Veja deveria ser parabenizada por prestar “um grande serviço à população: a de esclarecer e dissolver a errônea imagem que possuem os agrotóxicos”.

A mídia brasileira, no geral, vendeu a informação da ANVISA e ajudou a propagar o medo, sem realizar uma análise aprofundada e técnica, necessária para esclarecer a população. Porém, dentre a “enxurrada” de informações que novamente tornaram o agrotóxico o grande vilão, destacamos algumas matérias que, ao nosso ver, fugiram do senso comum e investigaram o uso de agrotóxicos e sua metodologia, esclarecendo os mitos sobre o assunto.

Se por um lado a matéria escrita pelas repórteres Daniela Macedo e Gabriella Sandoval recebeu elogios, por outro foi alvo de críticas e motivo de uma carta aberta da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Nas quatro páginas da carta diversas informações são questionadas e a matéria é classificada como *superficial, tendenciosa e pouco séria*, possivelmente resultado da *falta de senso crítico dos jornalistas* em relação aos conceitos propagados na matéria, a exemplo da denominação *defensivos agrícolas*, que seria mais *moderna* do que agrotóxicos<sup>3</sup>. Mas as críticas da carta não se restringem até aí:

Chamou-nos primeiramente a atenção o tratamento parcial e tendencioso dado ao assunto, uma vez que se trata de um tema controverso, mesmo nos meios científicos, e que recebeu apenas o veredicto de profissionais com legitimidade e isenção questionáveis, considerando que é possível que alguns representem, eles próprios, um comprometimento com a indústria de agrotóxicos, a qual é, obviamente, parte interessada na venda desses produtos. Segundo, soa como prepotente, para dizer o mínimo, a Revista tentar apresentar-se como dona da verdade em um tema sensível e controverso como esse. Por uma questão de imparcialidade e ética, o que se esperaria é que a matéria desse também amplo espaço para o contraditório.

No site Outras Palavras, a então doutoranda em História pela UFGRS Elenice Malta, publicou um artigo denominado *Agrotóxicos, interesses e anti-jornalismo: uma análise da matéria-marketing produzida por “Veja” para esconder evidências científicas e vender ilusão de que venenos não prejudicam saúde*. Extenso, o artigo se propõe a desconstruir as informações veiculadas pela matéria, identificando os estratagemas utilizados pela indústria

---

<sup>3</sup> Até a Constituição de 1988, a denominação oficial adotada desse grupo pela legislação brasileira era a Defensivos Agrícolas. A denominação “Agrotóxico” surgiu então como um “termo mais ético”, visto que a defensivo agrícola indicaria erroneamente que as plantas são completamente vulneráveis a pragas, além de esconder os efeitos negativos dos insumos à saúde humana e ao meio ambiente (PERES *et al*, 2003). De acordo com os autores, o termo defensivo agrícola remete quase que uma inofensividade dos insumos, enquanto a denominação pesticida “também reforça o caráter positivo do termo (pesticida, produto que mata – somente – as pragas) e cai como uma luva ao ratificar seus interesses [das multinacionais químicas] através da consolidação e tais produtos como insumos indispensáveis (segundo profissionais ligados a esses setores produtivos) ao processo de produção rural” (PERES *et al*, 2003, p. 22).

agroquímica, como culpar o agricultor pela dosagem excessiva de agrotóxicos, e as contradições da matéria (como o uso da palavra agrotóxicos, apesar de existir um termo “mais moderno”). “A matéria da Veja faz afirmações de forma leviana e irresponsável para a população leiga no assunto, passando a impressão que os agrotóxicos não são tão perigosos assim”, afirma. Por fim, a historiadora traz um panorama no debate no país, sem, contudo, se deter sobre o modelo ideal de jornalismo diante destes interesses.

Como podemos perceber, a “verdade sobre os agrotóxicos” está bem longe de ser alcançada. O debate está polarizado: de um lado, as indústrias e os comerciantes, a quem interessa divulgar que os “defensivos” não causam danos à saúde humana; do outro, profissionais da área da saúde engajados na posição de que os agrotóxicos fazem sim muito mal aos humanos e aos ecossistemas onde são aplicados. A preocupação aumenta na mesma medida que o consumo desses produtos no Brasil, que desde 2008 carrega o título nada honrável de maior comprador de agrotóxicos do mundo.

Apesar do intenso debate que se seguiu na esfera pública virtual sobre o assunto, um silêncio nos chamou a atenção: a dos jornalistas. Motivados por este caso emblemático, nos propomos neste estudo a analisar as perspectivas que regem os jornalistas brasileiros sobre a temática agrotóxicos, partindo de um importante fórum de *media criticism*: o Observatório da Imprensa. Assim, nossa intenção é evidenciar quais são os principais sentidos nos artigos que focam o tema agrotóxicos no portal do Observatório.

Partimos da concepção que a comunicação é o processo de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos e os veículos de comunicação um espaço de excelência para a produção e disseminação de sentidos sociais. Deste modo, os meios de comunicação se configuram como a principal instância que propicia a existência pública aos temas e sujeitos sociais (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

Compreendemos ainda os jornalistas enquanto uma comunidade interpretativa, nos termos que propõe Barbie Zelizer (1992), que partilham valores similares e são culturalmente autorizados a oferecer sua versão privilegiada da verdade à sociedade na posição de observadores legítimos e confiável do “mundo real”. Antes, contudo, vamos apresentar um breve panorama do uso dos agrotóxicos no Brasil.

### **Agrotóxicos no Brasil**

Desde 2008, o Brasil se consagrou como o maior consumidor de agrotóxicos do Planeta. Apenas em 2013, 1 bilhão de toneladas de insumos foram despejados nas lavouras. Na

primeira década do século XXI, enquanto o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro aumentou 190% (CARNEIRO *et al*, 2015). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que, em apenas uma década, o uso de agrotóxicos saltou de 2,7 quilos por hectare (kg/ha) em 2002 para 6,9 quilos por hectare em 2012, uma variação de cerca de 155% (LISBOA, 2015). Mas nem sempre foi assim.

Ao contrário de países como os Estados Unidos, no qual os agrotóxicos já eram um grande problema na década de 1960, até meados dos anos 1970 a agricultura brasileira não era químico-dependente. A utilização de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) no processo de produção se deu juntamente a automação das lavouras. A atuação do Estado brasileiro foi essencial para estimular o crescimento do setor, ao condicionar o crédito rural à fixação de um percentual para compra de agrotóxicos, considerados símbolo da modernidade no campo. O país então se tornou atrativo para as grandes indústrias químicas multinacionais que, no final da década de 1970, começaram a se instalar nas regiões Sul e Sudeste (PORTO, 2013; PERES, 2005).

Contudo, o Porto (2013) cita a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) para lembrar que, na época, era essa uma política global: “Os incentivos governamentais fizeram parte de uma política mundial [a Revolução Verde] orientada por interesses de mercado para países em desenvolvimento, já que, dos 38 países em desenvolvimento analisados, 26 subsidiavam o uso de agroquímicos” (PORTO, 2013, p. 143). Ainda hoje, entretanto, a utilização dessas substâncias é estimulada no Brasil através de isenções fiscais e concessão de crédito rural condicionado ao uso de agrotóxicos.

Décadas depois da chamada Revolução Verde, essa política de incentivo aos agrotóxicos apresenta resultados nada animadores, especialmente em relação à saúde pública. Além da contaminação aguda, que atinge especialmente os trabalhadores rurais, os agrotóxicos estão associados com outros agravos à saúde, tais quais as intoxicações crônicas – que, pela possibilidade de ser resultado de fatores combinados e exposição prolongada é de difícil identificação do agente causador –, os conflitos agrários – pela intensa relação com o agronegócio e a agricultura de exportação –, além dos suicídios<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A vinculação com o suicídio se dá de duas formas: tanto como agente causador, visto que há associação entre doenças mentais e depressão com a exposição aos agrotóxicos, quanto como meio de suicídio. De acordo com o Programa Internacional de Segurança Química - IPCS, aproximadamente um milhão de pessoas morreram intencionalmente no ano 2000 e, possivelmente, um quarto dessas mortes foram resultantes da

Os efeitos agudos, que aparecem durante ou após o contato da pessoa com o agrotóxico, são mais visíveis e têm características bem marcantes, como espasmos musculares, convulsões, náuseas, desmaios, vômitos e dificuldades respiratórias. Já os efeitos crônicos, resultado da exposição contínua a um ou mais tipo de insumo, podem ocorrer meses, anos ou décadas após a exposição, manifestando-se em várias doenças como cânceres, malformação congênita, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais (CARNEIRO *et al*, 2015).

Atualmente, há cerca de 430 ingredientes ativos e 1.400 formulações de agrotóxicos registrados nos Ministérios da Saúde, Agricultura e Meio Ambiente (responsáveis pela aprovação dos insumos) e são permitidos no Brasil de acordo com os critérios de uso e indicação estabelecidos em suas monografias (CARNEIRO *et al*, 2015). Desses, em relação ao risco à saúde, predominam substâncias medianamente tóxicas (33%), seguidas das altamente tóxicas (25%), das pouco tóxicas (24%) e das extremamente tóxicas (18%). Em relação ao ambiente, 38% são consideradas muito perigosas, enquanto as perigosas somam 25%, as pouco perigosas, 8%, as altamente perigosas, 7% — 22% não têm classificação de periculosidade ambiental porque foram registradas antes de 1990 (DOMINGUEZ, 2010).

O mercado bilionário dos agrotóxicos e a alta concentração do setor levam os pesquisadores a acreditarem que o crescimento exponencial da última década indique que o Brasil tenha virado destino final de agroquímicos banidos, visto que dos 50 mais utilizados nas lavouras de nosso país, 22 são proibidos na União Europeia (CARNEIRO *et al*, 2015).

Mato Grosso é estado com maior consumo de agrotóxicos no Brasil, representando 18,9% do uso, seguido por São Paulo (14,5%), Paraná (14,3%) e Rio Grande do Sul (10,8%). “Nota-se (...) que as maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com regiões de maior intensidade de monoculturas de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz” (CARNEIRO *et al*, 2015, p. 53).

Em 2012, ano mais recente para comparação, foram registrados 3.688 casos de intoxicação por agrotóxico agrícola no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Já o Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas (Sinitox), que possui uma rede colaboradora bem menor do que a do Sinan, contabilizou 4.656 pessoas intoxicadas pelas substâncias agrícolas no mesmo ano.

---

ingestão de produtos químicos. Nos países do Sul, os agrotóxicos são frequentemente usados em suicídios (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002, apud LOPES, 2008).

O gap entre os dois sistemas está longe de dimensionar o tamanho real do problema no Brasil: por ano, a estimativa do Ministério da Saúde é que ocorram no País mais de 400 mil contaminações por agrotóxicos. Essa estatística é o resultado dos casos notificados (aproximadamente 8 mil em 2002) multiplicados por 50, o fator de correção sugerido pela Organização Mundial de Saúde para tentar suprir a subnotificação e dimensionar todos os casos não relatados (PERES *et al*, 2005).

Um fator correção tão alto demonstra o alto índice de subnotificação e sugere a insuficiência dos sistemas de notificação desse agravo. É interessante notar também que há poucos dados sobre o perfil epidemiológico das vítimas das intoxicações. E o problema da defasagem estatística não ocorre somente nas notificações de intoxicação: faltam dados para compreendermos o real panorama do uso e contaminação por agrotóxicos no Brasil.

Em relação aos alimentos, em 2011 e 2012, foram encontrados resíduos de agrotóxicos em, respectivamente, 78% e 65% das amostras analisadas no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). “Em 2010 o resultado foi de 63% das amostras. Todavia, o mais preocupante é a diminuição do número de culturas analisadas com resultados divulgados, o que revela mudanças de metodologia e falta de dados” (CARNEIRO *et al*, 2015, p. 422). Em relação à análise da contaminação da água, o quadro é ainda mais desolador:

76% dos municípios não dispõem desses dados e apenas quatro estados (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Paraná) atingiram proporção de municípios monitorados superior a 40%, cumprindo o plano de amostragem estabelecido pela Portaria 2.914/2011 (BRASIL. MS, 2011). Essa portaria, que define o padrão de potabilidade da água e os critérios de seu monitoramento, exige pesquisa de 27 agrotóxicos (o que equivale a 5% dos 450 ingredientes ativos registrados no país); contudo, segundo o Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, efetivamente foi investigada a contaminação por apenas 15 agrotóxicos em todo o país. Mesmo assim, das 18 unidades da federação que apresentaram dados, em dez (55,6%) foram encontrados agrotóxicos acima dos valores permitidos. (CARNEIRO *et al*, 2015, p. 422)

### **Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa**

De modo simplista, podemos definir o jornalista como um profissional responsável por apresentar leituras da realidade, mais próximas possíveis da verdade de fato, à sociedade por meio da produção de notícias. Mas o que é exatamente essa *verdade*? Em *Microfísica do Poder*, Foucault (2009), definiu a verdade não como um conjunto de coisas verdadeiras

prontas a serem descobertas, mas como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2009, p. 14). Deste modo, a verdade está intrinsecamente ligada aos sistemas de poder e se constitui enquanto um regime de verdade.

Os regimes de verdade não são apenas os tipos de discurso que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiros, mas também “os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2009, p.12). Para que um regime de verdade se estabeleça é essencial que haja condições históricas e culturais favoráveis.

Em uma sociedade marcada pela *midiatização* (FAUSTO NETO, 2007), processo de imbricamento entre a mídia e a sociedade, a mídia se tornou a substituta contemporânea das grandes narrativas míticas que organizam a percepção de mundo. Neste cenário, a mídia toma leituras da realidade, articula com seus dispositivos e lógicas e as transforma em ‘verdades’, tanto mais naturalizadas por esconderem a polifonia e a heterogeneidade atrás de uma aparência homogeneizada. O discurso midiático opera com categorias cuja força instituinte é reforçada pelo poder da mídia de constituição do real (ARAÚJO; CARDOSO, 2009).

A legitimidade que o jornalismo constrói como instância privilegiada de circulação do real pode ser parcialmente compreendida se jogarmos luz no que Giddens chama de *sistemas-perito*, sistemas de competência profissional que transpõem o conceito foucaultiano de discurso ao incorporar também os artefatos tecnológicos. Miguel (1999) transporta este conceito para o jornalismo, pelo modo como cria relações de confiança com o seu público valendo-se de sua capacidade técnica de selecionar e apresentar notícias. Para ele, o jornalismo se configura não apenas como um sistema-perito, mas também como um meta sistema-perito, visto que é “um foro informal e cotidiano de legitimação ou deslegitimação dos diversos sistemas-perito” (MIGUEL, 1999, p. 2002). Esta seria uma das distinções entre o jornalismo e outros sistemas-perito. Outra seria a incapacidade inerente de comprovação da efetividade que o constitui, diferentemente de outros sistemas, restando ao jornalismo assegurar a sua credibilidade impondo como indiscutível o fato que se relata.

A imprensa impõe à sociedade seus critérios de seleção de informações. Frutos de constrangimentos profissionais específicos (...), estes critérios passam a ser considerados "naturais" e indiscutíveis. Assim, o jornalismo exerce uma violência simbólica originária, que é exatamente o estabelecimento daquilo que há de "importante" no mundo. (MIGUEL, 1999, p. 200-201).

Um dos componentes que auxilia no processo de construção da legitimidade do campo jornalístico é justamente a autoridade que goza seus principais agentes, os jornalistas. Zelizer (1992) evoca os conceitos de autoridade cultural e comunidade interpretativa para compreender como os jornalistas produzem leituras da realidade similares e consideradas válidas pela sociedade. Para ela, a autoridade jornalística é um tipo específico de autoridade cultural que se traduz como “a capacidade dos jornalistas de se afirmarem como porta-vozes legitimados e confiáveis dos eventos da ‘vida real’”<sup>5</sup> (ZELIZER, 1992, p.8).

A autora defende que esta autoridade cultural é possibilitada pelas noções, fatos e tradições compartilhadas dentro da comunidade jornalística, através da narrativa. Deste modo, os repórteres esposam valores e ideias coletivas que os ajudam a manter-se como uma comunidade interpretativa autorizada (ZELIZER, 1992, p.9). Seria assim, não como uma corporação profissional, mas como uma comunidade interpretativa, com discursos e interpretações da realidade partilhadas, que os jornalistas se constituiriam como tal.

Dentre essas noções e valores em comum, sem dúvida, estão os ideais de objetividade, imparcialidade e neutralidade. Estes princípios foram adaptados do jornalismo norte-americano, que os desenvolveu como modo de aumentar a credibilidade do jornalista enquanto intérprete da realidade. Contudo, diante de rápidas transformações pela qual passa o jornalismo na sociedade contemporânea, até mesmo esses conceitos basilares começam a ser questionados dentro da comunidade jornalística – Bueno (2007, p. 30) nos ensina que o Jornalismo Ambiental, por exemplo, deve propor-se política, social e culturalmente engajado e “não pode comprometer-se com a isenção porque participa de um jogo amplo (e nada limpo) de interesses”.

Vale aqui ressaltar que não desconhecemos o debate acerca das especificidades da identidade jornalística no Brasil, que, embora baseie seus princípios no modelo norte-americano, os adapta de modo diferenciado dos jornalistas deste país, de acordo com o contexto sociocultural no qual estamos inseridos. Assim, na releitura da comunidade

---

<sup>5</sup> Tradução do trecho em inglês: (...) the ability of journalists to promote themselves as authoritative and credible spokespersons of ‘real-life’ events.



interpretativa brasileira, é perfeitamente plausível que a comunidade jornalística apresente em comum valores referenciais como a objetividade<sup>6</sup>, enquanto esteja longe de um consenso quando surge questões pertinentes a exigência profissional, como a necessidade de um diploma universitário como pré-requisito (ALBUQUERQUE, 2004).

No entanto, para este artigo, nos interessa apenas demarcar a existência de valores, não necessariamente formais, partilhados entre os jornalistas, tornando-os uma comunidade digna de reconhecimento cultural enquanto constituidores do real. Entendemos que é justamente a partir destes valores-referência que a crítica midiática, ou *media criticism*, se constrói.

### **Media criticism e o Observatório da Imprensa**

Foi como um modo de sensibilizar a sociedade e os profissionais da imprensa para a complexidade da função jornalística que surgiu a ideia de vigilância da mídia (*media watching*) nos Estados Unidos, após as experiências de *ombudsman* e *media criticism*. Na sociedade contemporânea, o papel dos chamados observatórios vai além, sendo considerados instituições fundamentais para o fortalecimento da democracia. A supervisão que exercem da atividade midiática faz com que se ampliem as chances de um efetivo controle social, o que faz que os observatórios sejam considerados por alguns até como um *quinto poder* (MARCOLINO, 2014).

O Observatório da Imprensa, objeto do nosso estudo, define como objetivo central “acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira”. Para tanto, ele se propõe a funcionar como um espaço no qual “os usuários da mídia (...), organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, poderão manifestar-se e participar ativamente num processo no qual, até agora, desempenhavam o papel de agentes passivos” (ALBUQUERQUE et al, 2002).

O Observatório da Imprensa foi criado em 1996, um ano após a primeira iniciativa do gênero, em Lisboa, Portugal. Estimulado pela experiência portuguesa, Alberto Dines criou

---

<sup>6</sup> Sobre isso, em seu artigo de revisão “A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e Metodológicas”, Albuquerque (2004, p.6) afirma que “o conceito de objetividade constitui um importante referencial para o debate em torno da identidade jornalística, embora as referências a ela sejam frequentemente marcadas por um certo desconforto. No maior parte das vezes, a referência é feita no sentido de sublinhar o valor da objetividade como princípio, mas sua insuficiente presença (ou efetiva ausência)”. Sugerimos este estudo como referência para quem quiser se aventurar a compreender mais sobre a identidade jornalística brasileira.

o observatório no Laboratório e Estudos Avançados de Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o transformou na mais antiga experiência contínua de acompanhamento da mídia brasileira. Alberto Dines é considerado pioneiro na crítica da mídia brasileira, pois, em diversos momentos e em vários veículos, lutou para exercitar o *media criticism* no Brasil (MARCOLINO, 2014).

Albuquerque et al (2002, p.2) afirmam que o Observatório da Imprensa pode ser entendido “não somente como um espaço no qual os jornalistas se engajam na construção de uma identidade comum, mas também como uma arena, na qual os jornalistas disputam entre si e com outros agentes sociais os termos da definição dessa identidade”. Contudo, os autores ressaltam que, para além de um espaço, o Observatório funciona também como um *agente*, que defende posições, busca influenciar outros agentes, interfere no debate por meio de decisões editoriais, destacando uns artigos em detrimento de outros etc.

Diante da constituição final do nosso *corpus*, composto quase exclusivamente de artigos de agentes externos ao Observatório, e impossibilidade de verificarmos as posições editoriais ocupadas na data de publicação dos artigos que analisaremos, tomaremos aqui o Observatório da Imprensa apenas como um espaço privilegiado de crítica ao jornalismo praticado pelos seus próprios agentes.

### **Caracterização do nosso *corpus***

A constituição do *corpus* deste estudo foi realizada a partir de buscas virtuais no site do Observatório da Imprensa com duas principais palavras-chave: agrotóxicos e defensivos agrícolas. O primeiro termo foi o que se demonstrou mais eficaz para o nosso objetivo: foram encontradas 68 matérias, entre 2001 e 2015, sendo que destas, após uma leitura detalhada, apenas nove tratavam especificamente do que pretendemos pesquisar, a relação jornalismo e agrotóxicos. O segundo termo retornou cerca de 15 artigos, nenhum aproveitável dentro deste contexto.

A maior parte dos 59 artigos restantes cita agrotóxicos ao discorrer sobre a restrição legal imposta as propagandas destes produtos na Constituição (ao lado das bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos, segundo o art. 220, § 3º-II). Outra parte significativa cita o assunto ao tratar das implicações bioéticas da liberação dos transgênicos no Brasil, quando estes produtos foram liberados em meados dos anos 2000.

Dois dos nove artigos que analisaremos se detêm sobre uma série de reportagens da Radiobrás sobre a nuvem de veneno provocada pela pulverização aérea de agrotóxicos no município mato-grossense Lucas do Rio Verde, posteriormente transformadas no livro “Um avião contorna o pé de Jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade”, de Paulo Machado. Outros três artigos se referem a matérias específicas (uma veiculada pela Folha de S.Paulo, uma série da Agência Brasil e outra do Jornal Nacional), dois artigos destacam a importância de certas notícias já veiculadas, e, por fim, os dois últimos tecem um panorama mais amplo de crítica midiática. Um destes é, na verdade, uma reprodução de um artigo originalmente publicado no Portal Comunique-se.

O mais recente data de 2011 e o mais antigo de 2004, o que nos causou certo estranhamento, especialmente devido aos diversos acontecimentos jornalísticos sobre o tema que surgiram desde então, inclusive com coberturas midiáticas de qualidade questionável – a exemplo do caso que ilustramos na introdução deste trabalho<sup>7</sup>.

Por fim, dois artigos são assinados por um mesmo jornalista, um não possui autoria assinada, o que, pressupomos se configura como um artigo integrante do próprio Observatório, e apenas um dos artigos não é escrito por um jornalista. Deste modo, embora seja um *corpus* pequeno, acreditamos que este estudo possa contribuir com algumas pistas de como se dá o debate na comunidade jornalística sobre o tema.

### **A visão dos jornalistas sobre a cobertura em torno dos agrotóxicos**

Os ideais de neutralidade, objetividade e imparcialidade podem ser encontrados implicitamente em alguns dos artigos que compõem o nosso *corpus*. Outras receitas de como fazer jornalismo também estão presentes nas críticas: um bom jornalismo passa longe do sensacionalismo e do alarmismo, é voltado para o interesse público e busca o máximo de profundidade possível em relação a um assunto. E, é claro, pauta os temas que, porventura,

---

<sup>7</sup> Diversos casos emblemáticos ocorreram desde que o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos, em 2008, como a reavaliação de 14 substâncias banidas em outros países; a liberação, sem aval da Anvisa, de uma substância já banida devido ao decreto de emergência fitossanitária diante do alastramento da lagarta *Helicoverpa sp.*; a pulverização de uma escola em Rio Verde (GO); a “descoberta” da contaminação do leite humano por resíduos de agrotóxicos em Lucas do Rio Verde (MT); os índices bem-sucedidos de reciclagem de embalagens de agrotóxicos (é recordista mundial também nisso, com 94% das embalagens recicladas em 2012); o lançamento do Dossiê Abrasco sobre Agrotóxicos (em 2012 e, em versão impressa ampliada, em 2015, períodos que lembrou grande parte dos outros temas, inclusive os citados), entre outros.

podem ir de encontro aos interesses econômicos das grandes multinacionais que dominam o agronegócio brasileiro.

No texto mais recente analisado neste estudo, “Exemplos de irresponsabilidade”, o jornalista Richard Jakubaszko, editor da revista DBO Agrotecnologia, compara as coberturas jornalísticas do *Massacre de Realengo*<sup>8</sup> e do *caso do Leite Humano Contaminado*<sup>9</sup>. Em tom ácido, o jornalista afirma que os “dois episódios demonstraram de forma clara o sensacionalismo da mídia ao tratar de assuntos de alto interesse público de forma leviana, para gerar audiência”. No caso dos resíduos de agrotóxicos no leite materno, ele questiona a pesquisa que pautou a mídia e afirma que a cobertura foi exagerada, visto que “lançou-se a suspeita pelas TVs (Bandeirantes e Globo) de que a população estaria contaminada”, gerando “pânicos visíveis”.

Alarmar a população com notícias baseadas em ‘fatos científicos’, não importa em que profundidade, é fato corriqueiro nos tempos contemporâneos. A mídia gosta e dá o devido destaque porque está impune. Por isso, acredito que deveríamos debater uma ‘Ley de Medios’ neste país, estabelecendo responsabilidades, pela qual profissionais e empresas teriam de responder com indenizações ou multas e, principalmente, com a crítica pública, como ocorre com médicos, por exemplo, ou a expulsão, ou cassação de diplomas (que não valem mais nada) de profissionais que se comprovem antiéticos e até mesmo a prisão, quando se provar a má-fé. (...) O que não é possível é compactuar com a leviandade e a inconsequência, com a irresponsabilidade de ‘acusar, julgar e condenar’, como faz a mídia, mesmo quando não tem provas concretas ou, no mínimo, evidências científicas avaliadas por cientistas sérios e respeitados. Preferencialmente de cientistas sem apetite midiático, é claro (JAKUBASZKO, 2011, s.p.).

Jakubaszko é autor de outro artigo no Observatório sobre agrotóxicos, em 2007, denominado “As abelhas estão indo embora...”. Neste, o autor atenta para a pouca atenção dada a mídia (“miseráveis duas colunas, com 7 cm de altura”) diante da notícia de que as abelhas estavam abandonando suas colmeias no estado norte-americano de Illinois, o que poderia representar uma catástrofe para a agricultura: “Êpa! Nenhum jornalista atentou para

---

<sup>8</sup> Nos referimos ao assassinato de doze crianças ocorrido na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro, por um ex-aluno da unidade, Wellington Menezes de Oliveira, que se suicidou.

<sup>9</sup> Se refere ao estudo de mestrado “Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT”, no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), no qual a bióloga Danielly Palma analisou a presença de dez substâncias no leite de 62 nutrízes, com até dois meses após o parto, atendidas pelo Programa Saúde da Família na cidade. Das dez substâncias analisadas, nove foram encontradas nas amostras que, continham, entre um e seis tipos de agrotóxicos. Em todas elas, foram encontrados resíduos de DDE, um metabólito do DDT, agrotóxico com uso restrito no Brasil desde 1985, mas com alta persistência no corpo humano e ambiente.

o importante fato? Será que desconhecem a importância das abelhas? Ou foi mais uma barriga imperdoável? ‘Barriga’, no jargão jornalístico, é a omissão de notícia ou fato importante. Desconheço o coletivo de barriga”.

A pouca atenção diante de uma pauta que “rendia mais” também é o tema principal do artigo “Furo: uso de agrotóxicos cresce onde devia cair”. Neste, o jornalista Luiz Weis é mais ameno, e reproduz a matéria ao qual se refere com leve crítica: “Com menos destaque do que o assunto merece e um título vago – ‘Sinais de resistência transgênica a herbicida’ – o jornal Valor traz hoje os primeiros e alarmantes números sobre os efeitos do plantio da soja geneticamente modificada sobre o consumo de agrotóxicos no Brasil”.

A ausência de cobertura midiática também foi notada pelo jornalista Celso Nucci, ao elogiar (“uma reportagem exemplar, bem pautada, bem pesquisada, bem apurada e bem editada”) o lançamento do livro-reportagem de Paulo Machado.

O que é bizarro é o fato de que nem mesmo depois de aberto o assunto pelos veículos da Radiobrás, o restante da imprensa tenha ido atrás. Talvez porque o assunto – venenos utilizados na agricultura – seja no mínimo polêmico e envolva interesses muito diversos. Temas assim costumam ser evitados pela imprensa em geral. Por isso mesmo, configurou-se a oportunidade da pauta para a Radiobrás, uma empresa pública de comunicação cujo foco atual é o cidadão e o seu direito à informação.

É interessante notar como aqui aparecer outro ideal do bom jornalismo: àquele focado no interesse público. Nucci reproduz ainda o prefácio, por Eugênio Bucci, e a introdução do livro, que também trazem propagandeados outros princípios jornalísticos. No prefácio, Bucci exalta o apartidarismo, a imparcialidade (Quando se trata de jornalismo, o desengajamento é um serviço público) e a objetividade (“para nós, ao menos durante o tempo em que presidi a empresa e pelo qual posso responder, foi uma religião. Um fanatismo”). Contudo, Bucci afirma que a perspectiva é o que move o bom jornalismo, mesmo sendo impossível alcançar esses ideais, a exemplo da neutralidade.

Como a neutralidade é impossível, e é mesmo, muitos fazem disso um salvo-conduto para a ideologização deslavada do noticiário. Como a neutralidade é impossível, advogam que qualquer tentativa de objetividade não passa de empulhação e embarcam no opinionismo empobrecido e mal fundamentado, para protegerem partidos, autoridades e caciques. Esse vício tem as dimensões de uma praga na lavoura ou, pior, tem o efeito de um bombardeio de napalm. Na tradição das emissoras brasileiras vinculadas ao poder público, a premissa de que não há neutralidade possível funciona como senha para o partidarismo governista, como se

isso fosse natural. Vem daí a comunicação ‘chapa-branca’, essa excrescência nacional.

A série de reportagens de Paulo Machado já havia anteriormente ganhado elogios no Observatório da Imprensa. A jornalista Cláudia Rodrigues, no artigo “Jornalismo público, devagar e sempre”, as classificou como “bem editadas e transparentes”. Elogios também mereceu uma série de reportagens do Jornal Nacional sobre o uso de agrotóxicos no texto de Carlos Tautz, “Agrotóxicos: quando quer, a Globo cobre bem”. Mas não sem uma crítica contundente, demonstrando o caráter de exceção:

A imprensa brasileira não tem cumprido à risca o seu papel no caso dos agrotóxicos. A exemplo do que ocorre, de maneira geral, na cobertura de temas ambientais e vinculados à saúde humana, ela tem trilhado, preferencialmente, dois caminhos: o do sensacionalismo e o da omissão. Em ambos os casos, ela penaliza o cidadão que se vê mal informado e, portanto, sem defesa contra interesses comerciais que afrontam os seus direitos básicos, como o da qualidade de vida, por exemplo. À exceção da imprensa ambiental (injustamente alvo de preconceitos de autoridades, empresas e especialmente de agências de propaganda) e de alguns veículos que têm buscado, na maioria das vezes, fazer uma cobertura adequada da questão dos agrotóxicos (como a Folha de S. Paulo e a revista Galileu, para citar dois casos), o tema tem sido preterido pela mídia brasileira ou abordado de maneira episódica ou superficial.

Cabe ao jornalista Geraldo Hasse criticar as práticas jornalísticas contemporâneas, no artigo “Loas ao boom do agronegócio”. Ao comentar o caso da ferrugem asiática ele afirma que a questão não ganha as páginas dos jornais porque os jornalistas só se baseiam em “fontes de mercado” (“Se nem às ruas das cidades vão os repórteres hoje em dia, muito menos ao campo”).

O agrônomo Paulo de Almeida diz que a matéria (“texto sujo”) da The Economist reproduzida na Folha de S.Paulo distorce os fatos (o que “fica evidente quando chama de ‘agropoessimistas’ as ‘pequenas propriedades com práticas orgânicas’”) e demonstra um pouco da visão do leitor especializado sobre o que uma matéria de um jornal não deve conter: “Quanta mentira e falta de escrúpulo”. Por fim, sob o título “Paulo Machado” (seria a autoria?), o texto sem assinatura do Observatório da Imprensa traz uma série de observações e sugestões para incrementar uma série de reportagens veiculadas pela Agência Brasil: “O conteúdo das reportagens é um ponto partida para um debate a respeito da necessidade de uma mudança significativa nos processos produtivos por um lado e, por outro, nos hábitos alimentares e na qualidade de vida dos consumidores”.

Diante deste quadro, podemos compreender que, tal qual, a sociedade na qual se pauta, a comunidade jornalística, em relação aos agrotóxicos, está longe de um consenso.

## REFERÊNCIAS

- Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andev). **Agrotóxicos: Mídia divulga matérias positivas e esclarecedoras sobre o assunto**. Informativo, ed. 2, 2012.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; João Damasceno Martins Ladeira. & Marco Antonio Roxo da Silva (2002). Media criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. XXV, no 2, p. 166-189.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas. Revista eletrônica **E-Compós**, edição 1, dezembro 2004.
- ARAÚJO, I. S. e CARDOSO, J. M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.
- CARNEIRO, F. et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2015.
- DOMINGUEZ, B. Proteção para quem?. **Radis: comunicação e saúde**, Rio de Janeiro, n. 95, p.11-15, jul. 2010.
- FAUSTO NETO, A. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. **Diálogos Possíveis-Revista da Faculdade Social da Bahia**, v. 6, n. 2, p. 01-15, 2007.
- FREITAS, C. M.; PORTO, M.F. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2009.
- LISBOA, V. **Uso de agrotóxicos no Brasil cresce mais de duas vezes e meia em dez anos**. Agência Brasil, Brasília: 19.06.2015. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/06/uso-de-agrotoxicos-no-brasil-cresce-mais-de-duas-vezes-e-meia-em-dez-anos>>
- MARCOLINO, Eliane. Observatórios de Mídia e Observatórios de Saúde no Brasil in Lerner, K.; Sacramento, I. **Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.
- MALTA, Elenice. Agrotóxicos, interesses e anti-jornalismo: uma análise da matéria-marketing produzida por “Veja” para esconder evidências científicas e vender ilusão de que venenos não prejudicam saúde. Outras Palavras. 20 de maio de 2012. Disponível em <http://www.outraspalavras.net/2012/05/17/agrotoxicos-interesses-e-anti-jornalismo/>
- MIGUEL, L. F. **O jornalismo como sistema perito**. Tempo Social, v. 11, n. 1, São Paulo, p. 197-208, 1999.
- PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema 21 in PERES, F; MOREIRA, J. C. **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- PERES, et al. **Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos**. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 10, Supl. 0, set/dez 2005.
- PORTO, M. F. S. Injustiça Ambiental no Campo e nas Cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbanas in Porto et al **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
- QUADRO, Vasconcelo. **Brasil consome 14 agrotóxicos proibidos no mundo**. IG São Paulo: 24.02.2014. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-02-24/brasil-consome-14-agrotoxicos-proibidos-no-mundo.html>
- ZELIZER, Barbie (1992). **Covering the Body: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory**. Chicago and London: The University of Chicago Press.